



Assistência técnica e extensão rural sob a perspectiva da Lei nº 12.188/2010 na agricultura familiar do município de Barreiros – PE.

Technical assistance and rural extension under the perspective of law no. 12188/2010 in family farming in the municipality of Barreiros - PE.

MELLO, Marcelo Rodrigues Figueira¹; SOUZA, Rômulo Vinícius Cordeiro Conceição², VELOZO, Mônia Joel³, BRITO, Micheline Mônica de Oliveira⁴.
COSTA, José Ronaldo Medeiros⁵

IFPE, marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br¹; IFPE, romulo@barreiros.ifpe.edu.br²; IFPE, anaclara@discente.ifpe.edu.br³, IFPE, micheline@barreiros.ifpe.edu.br⁴. IFPE, ronaldo.costa@barreiros.ifpe.edu.br⁵

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A região canavieira da Mata Sul de Pernambuco caracteriza-se por inúmeros assentamentos de reforma agrária, onde a prática de uma extensão rural efetiva e continuada é fundamental. O objetivo deste estudo foi investigar a implementação da Lei nº 12.188/2010 na melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Barreiros - PE. Os atores deste estudo foram o Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA; Secretaria de Agricultura; Sindicato; Conselho Municipal e a Cooperativa ECOOTERRA. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e indicadores com notas variando de 0 a 6, tendo os princípios da PNATER como referenciais. Todas as entrevistas revelaram uma percepção distorcida do que se espera das ações de ATER, sobretudo, nos aspectos do planejamento participativo, metodológico, educativo e continuado. O IPA e a Secretaria Municipal de Agricultura apresentaram as melhores notas, entretanto, todos os atores demonstraram fragilidade em suas ações no município.

Palavras-chaves: Política pública; metodologia; extensão.

Abstract: The sugarcane region of the Southern Forest of Pernambuco is characterized by numerous settlements of agrarian reform, where the practice of an effective and continuous rural extension is fundamental. The objective of this study was to investigate the implementation of Law 12,188 / 2010 in the improvement of technical assistance and rural extension services in the Municipality of Barreiros - PE. The actors of this study were the Agronomic Institute of Pernambuco - IPA; Secretary of Agriculture; Syndicate; Municipal Council and the ECOOTERRA Cooperative. Semi-structured interviews and indicators with scores ranging from 0 to 6 were carried out, with PNATER's principles as reference. All the interviews revealed a distorted perception of what is expected of ATER's actions, above all, in the aspects of participative, methodological, educational and continuous planning. The IPA and the Municipal Department of Agriculture presented the best grades, however, all the actors showed weakness in their actions in the municipality.

Keywords: Public policy; methodology; extension.

Introdução

A região da Mata Sul de Pernambuco é representada pelo bioma da Mata Atlântica, sendo caracterizada ainda hoje pela estrutura econômica agrária baseada na monocultura da cana-de-açúcar e por um expressivo número de assentamentos de



reforma agrária onde prevalece a agricultura de base familiar (COSTA et al., 2014), segmento que apresenta uma extrema importância na permanência do homem no meio rural.

Por outro lado, apesar deste segmento ser responsável por grande parte dos alimentos no País, a agricultura familiar ainda enfrenta inúmeros desafios, com destaque para uma extensão rural mais inclusiva e continuada. Assim, a implementação de políticas públicas mais amplas que apoiem o segmento da agricultura familiar assume cada vez mais um papel relevante no desenvolvimento rural (SAQUET, 2011). É inegável os avanços e transformações ocorridas no espaço rural brasileiro e na agricultura familiar nas últimas décadas, em virtude de diferentes políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O acesso e a permanência do agricultor familiar nestas políticas e programas governamentais está diretamente relacionada à eficácia da prática extensionista qualificada por parte dos agentes públicos (ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural) ou privados (ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental), devendo estas ações, diferentemente do passado, ocorrer de forma dialética, inclusiva, participativa e dentro de uma perspectiva voltada ao desenvolvimento rural sustentável. Dentro deste contexto foi implementada no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). No início de 2010, o País passou a contar com a primeira Lei de ATER, a qual “instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma.

A Lei nº 12.188/2010, que além de estabelecer princípios e diretrizes para a ação extensionista, possibilitou a contratação dos serviços de ATER de forma contínua através de chamadas públicas e possibilitou a construção de novos processos para agilizar a obtenção de recursos. Embora, esses avanços sejam considerados por alguns autores como um retrocesso (CAPORAL, 2011). Os princípios e diretrizes dessa lei representam uma nova fase da extensão rural pública através dos seus temas influenciadores como a agroecologia, combate à fome e à pobreza, desenvolvimento sustentável, diversidades culturais e ambientais, economia solidária, gestão social, segurança e soberania alimentar (DIAS, 2011).

Considerando todos os desafios impostos pela Lei nº 12.188/2010 na qualificação dos serviços de ATER e alguns fatores recorrentes na prestação desses serviços no âmbito municipal, como a falta de infraestrutura, capacitação, recursos humanos e demandas muitas vezes descontextualizadas, o objetivo deste estudo foi investigar a implementação da Lei nº 12.188/2010 na prática extensionista dos agentes de ATER no município de Barreiros – PE.

Metodologia



O estudo foi realizado no município de Barreiros – PE. Através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes de ATER (assistência técnica e extensão rural) (MARCONI; LAKATOS, 2010). Os agentes de ATER observados neste estudo foram: o IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco; Secretária de Municipal de Agricultura; STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros; CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sustentável e a cooperativa ECOTERRA - Cooperativa de serviços da agricultura familiar).

Para entender a prática extensionista no Município de Barreiros, as entrevistas foram norteadas através dos princípios da Lei nº 12.188/2010 (*Art. 3º, princípios: I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV- adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V- equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.* Todos os dados foram tabulados no programa Microsoft Office Excel® 2010, sendo realizada a estatística descritiva a partir da codificação por tabulação simples, distribuição de porcentagens, tabelas e figuras.

Resultados e Discussão

Segundo a Lei nº 12.188/2010, a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER representa um serviço de educação não formal e com caráter continuado (BRASIL, 2013). Nesse contexto, todas os atores entrevistados revelaram uma percepção distorcida do que se espera das ações de ATER. Sendo preocupante que nenhum dos entrevistados destaque a “educação” e/ou “processos educativos” como fundamentais na prática extensionista, restringindo seus entendimentos em aspectos pontuais como o crédito rural, oferta de máquinas agrícolas, produção de mudas etc.

Quando indagados sobre o conhecimento da existência de Lei que norteia as ações de ATER, todos os entrevistados disseram conhecer a Lei. Entretanto, apenas o IPA, a Secretaria de Agricultura e a ECOTERRA revelaram também conhecer seus princípios. Todos os atores do município revelaram conhecer o PRONAF, PAA e o PNAE. Por outro lado, quando questionados acerca de aspectos operacionais desses programas e seus requisitos legais, apenas o IPA demonstrou conhecer parte desses aspectos. Outra peculiaridade observada nas entrevistas foi a pouca referência dos agentes públicos de ATER a temas centrais como a qualificação do crédito, inadimplência, organização social, organização da produção, produção de base ecológica ou a própria concepção da agroecologia, temas fundamentais relacionados ao êxito de todas as Políticas Públicas atuais.



Em relação aos princípios que regem a Lei de ATER apenas o IPA e a secretaria de agricultura apontaram ações como o estímulo a proteção de nascentes, manutenção da mata nativa, recuperação da reserva legal e práticas de conservação do solo. Porém, esses atores não souberam informar a continuidade dessas ações. O acesso e a continuidade nos serviços de ATER são primordiais na construção participativa de Políticas de desenvolvimento.

Quanto à adoção de metodologias participativas na prática extensionista, todas as entidades avaliadas revelaram atuar nesse contexto. Por outro lado, não foi citada nenhuma ferramenta metodológica ou processo de construção coletivo do conhecimento. Apenas o IPA, apontou a realização de um Diagnóstico Participativo em algumas áreas, mas sem uma percepção de continuidade ou planejamento.

Dentre as ações citadas pelos entrevistados, a sensibilização ao não uso de agrotóxicos figura como a ação mais citada, mesmo sendo difícil mensurar a efetividade dessa ação em campo, uma vez que comumente encontramos agricultores expostos a agrotóxicos em suas atividades habituais. No que tange as relações de gênero, foi verificado que as capacitações, reuniões e projetos de crédito rural ainda se percebe a prevalência na participação de homens. Sendo assim, as relações de gênero, etnia e gerações surgem como uma discussão que deve estar presente de forma expressiva em todas as ações no âmbito da ATER local.

A segurança e soberania alimentar foi citada como uma importante ação do IPA e da Secretaria de Agricultura na sensibilização para acesso ao PAA e PNAE. No caso do IPA, já vem sendo realizado ações de compra direta da produção familiar local através do PAA e a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação, vem iniciando chamadas para a compra através do PNAE. Vale ressaltar também, a contribuição no município do IFPE *Campus* Barreiros, na compra da produção familiar via PNAE. Apesar deste avanço, a falta de organização das associações de agricultores e pendências de documentação vem inviabilizando estes processos.

Conclusões

Foi possível apontar nesse trabalho vulnerabilidades importantes que permeiam toda a concepção da Lei sob o ponto de vista do desenvolvimento rural sustentável, acesso aos serviços de ATER, agriculturas de base ecológica, utilização de metodologias participativas, relações de gênero e comercialização.

Todos os atores entrevistados apresentaram questões importantes em sua rotina de trabalho que sinalizam para uma prática extensionista inadequada como a falta de recursos humanos, falta de capacitação, atividades sem consonância com a prática extensionista desejável, falta de tempo para ir a campo, descontinuidade nas ações, dentre outras. Sob um ponto de vista municipal, o estudo revelou ações desarticuladas entre os atores e a falta de um planejamento mais participativo.



Assim, podemos considerar a prática da extensão rural no município de Barreiros atualmente conduzida de forma pontual, sem um planejamento e continuidade. Dessa forma, seguir o que precede a Lei de ATER pode potencializar as vocações do município, democratizar as políticas públicas e promover um desenvolvimento local sustentável e participativo.

Agradecimentos (opcional)

Ao IFPE, campus Barreiros pela concessão de bolsas PIBIC (técnico) e colaboração na execução deste estudo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2013**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 10 abr. 2013.

CAPORAL, F.R. **Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 23-33, ago/dez. 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 289 p.

PAIVA, M. S. de. A. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e os desafios para a sua efetivação no escritório local da EMATER em Muriaé - MG**. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade de Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, 2012.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. P. **Desafios da gestão do conhecimento em Chamadas Públicas para Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - a partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER**. Londrina: FGV (Trabalho de conclusão de curso – MBA em Gerenciamento de Projetos), 2015.

COSTA, C. C.; GOMES, J. L. ALMEIDA, P.; A. **Seleção de Indicadores de Sustentabilidade em fragmentos florestais de Mata Atlântica na Bacia Hidrográfica do rio Poxim Sergipe, por meio do geoprocessamento**.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



REGET/UFMS V.18 N. 1, 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/article/view/11248> Acesso em 05. Nov. 2018.

SANTOS, Margarete Silva dos; FERREIRA, Daíse de Jesus; SANTOS, Rosângela Leal. **A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão-BA.** In: VI CONGRESO